



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681497 - SP (2021/0227566-3)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : ALEX GALANTI NILSEN
ADVOGADO : ALEX GALANTI NILSEN - SP350355
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RYAN RILARY DA SILVA AMERICO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RYAN RILARY DA SILVA AMERICO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO (HC n. 2136831-89.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante no dia 03/06/2021 pela suposta prática do crime de tráfico de drogas. Na ocasião, foi surpreendido, por guardas municipais, trazendo consigo 79,79g (setenta e nove gramas e setenta e nove centigramas) de cocaína, distribuídos em 212 (duzentos e doze) tubos; 9,75g (nove gramas e setenta e cinco centigramas) de crack, distribuídos em 110 (cento e dez) pedras; e 375,58g (trezentos e setenta e cinco gramas e cinquenta e oito centigramas) de maconha, distribuídos em 103 porções, de acordo com o laudo de constatação e com o exame químico-toxicológico.

Sustenta a defesa, em apertada síntese, que a decisão que decretou a prisão preventiva é inidônea, porquanto alicerçada na gravidade abstrata do delito, e desproporcional, tendo em vista a possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas do cárcere, mormente em se tratando de paciente primário, de bons antecedentes e acometido de problemas de saúde como hipertensão, diabetes e doença respiratória, os quais o colocam no grupo de risco para o Covid-19.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva imposta ao paciente, nos termos do artigo 316 do CPP, permitindo-o recorrer em liberdade ou, alternativamente, sejam aplicadas medidas cautelares diversas da prisão, nos termos dos art. 282 c/c art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso dos autos, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, observa-se que foram declinados os fundamentos para justificar a manutenção da custódia cautelar do paciente (e-STJ fl. 140):

Não estão presentes os requisitos justificadores da concessão da liminar ante o exame sumário da inicial. Tal medida só é possível quando o constrangimento ilegal é manifesto e detectado de plano, o que não ocorre no caso em apreço.

Fora isso, a decisão guerreada não se mostra teratológica ou totalmente desprovida de fundamentação para que possa ser imediatamente afastada. A forma de acondicionamento das drogas e as quantidades apreendidas revelam-se significativas, não podendo ser tidas como irrelevantes ou, de pronto, subentendidas para consumo pessoal, devendo-se ter em mente que se trata de crime grave, assemelhado a homicídio, o que não recomenda a soltura do paciente neste estágio liminar, ainda que tecnicamente primário, porém, com registro de ato infracional equiparado a roubo qualificado (fls. 68), até porque a forma de acondicionamento dos entorpecentes mostra-se compatível com o comércio ilícito.

Ainda, ausentes comprovações de que o paciente se enquadra em grupo de risco para a Covid-19 e de falta de adequação do estabelecimento prisional para eventual necessidade de atendimento, não pode ser a crise sanitária mundial utilizada como salvo-conduto para a prática de delitos.

Assim, se o procedimento padece ou não de ilegalidade é questão que será sopesada ao final, em conjunto com a Egrégia Turma Julgadora.

Assim, ao contrário do que a defesa aduz, observa-se que a fundamentação do acórdão combatido, o qual manteve a segregação cautelar do acusado, demonstra de maneira suficiente e adequada o fator que consubstancia a necessidade da prisão como ferramenta *periculum in libertatis* garantidora da ordem pública, em virtude da periculosidade concreta do paciente, representada pelo modo de execução do crime.

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito do *mandamus*, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência